

Apoios financeiros

11. Atribuição de apoios financeiros a freguesias.

Submetem-se, à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros:

- a) **Freguesia de Arentim, e Cunha**, no valor de 14 548,50€, para apoiar os “Trabalhos de impermeabilização e pintura do edifício da sede da junta de Arentim”;
- b) **Freguesia de Figueiredo**, no valor de 21.200,00€, para apoiar a “Compensação por suspensão de atividade da cantina em virtude da requalificação da EB1 e JI de Figueiredo”;
- c) **União das Freguesias de Nogueiró e Tenões**, no valor de 5.804,42€, para apoiar a “Reparações efetuadas na piscina de Nogueiró”;
- d) **União das Freguesias de Nogueiró e Tenões**, no valor de 13.430,83€, para apoiar o “Reforço de Verba - Ampliação do Cemitério de Nogueiró”;
- e) **União das Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações**, no valor de 76.128,14€, para apoiar a “Requalificação do polo 1 da Junta de Freguesia de Fraião”;

Tudo de acordo com a informação constante nos respetivos processos.

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: “Trabalhos de impermeabilização e pintura do edifício da sede da junta de Arentim” – Arentim e Cunha

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23.º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25.º n.º 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33.º nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Junta de Freguesia de **Arentim e Cunha** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **“Trabalhos de impermeabilização e pintura do edifício da sede da junta de Arentim”** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **14.548,50€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º1, do artigo 33.º e da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de Arentim e Cunha no valor de 14.548,50€ (catorze mil, quinhentos e quarenta e oito euros e cinquenta cêntimos), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) Em 2024, um valor até 14.548,50€ (catorze mil, quinhentos e quarenta e oito euros e cinquenta cêntimos);**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **Arentim e Cunha**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **Arentim e Cunha**.

Braga, 16 de Setembro de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: “Compensação por suspensão de atividade da cantina em virtude da requalificação da EB1 e JI de Figueiredo” – Figueiredo

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23.º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25.º n.º 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33.º nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Junta de Freguesia de **Figueiredo** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **“Compensação por suspensão de atividade da cantina em virtude da requalificação da EB1 e JI de Figueiredo”** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias e o Departamento de Educação e Coesão Social, procederam à validação do orçamento apresentado, no valor de **21.200,00€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que tal se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal delibere, no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, **a atribuição de Apoio Financeiro à Junta de Figueiredo, destinado a apoiar a "Compensação por suspensão de atividade da cantina em virtude da requalificação da EB1 e JI de Figueiredo", no valor de 21.200,00€ (vinte e um mil e duzentos euros), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) Em 2024, um valor 21.200,00€ (vinte e um mil e duzentos euros).**

A ser aprovada esta proposta, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através a apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **Figueiredo**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **Figueiredo**.

Braga, 16 de Setembro de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: “Reparações efetuadas na piscina de Nogueiró” – Nogueiró e Tenões

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23.º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25.º n.º 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33.º nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Junta de Freguesia de **Nogueiró e Tenões** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para as **“Reparações efetuadas na piscina de Nogueiró”** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias e a Divisão de Desporto e Gestão de Equipamentos Desportivos procederam à validação do orçamento apresentado, no valor de **5.804,42€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º1, do artigo 33.º e da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de Nogueiró e Tenões no valor de 5.804,42€ (cinco mil, oitocentos e quatro euros e quarenta e dois cêntimos), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) Em 2024, um valor até 5.804,42€ (cinco mil, oitocentos e quatro euros e quarenta e dois cêntimos);**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **Nogueiró e Tenões**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **Nogueiró e Tenões**.

Braga, 16 de Setembro de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

Aditamento/Reforço de Verba

ASSUNTO: Reforço De Verba – Ampliação do Cemitério de Nogueiró

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Câmara Municipal de Braga já concedeu um Apoio Financeiro à Junta de Freguesia de **Nogueiró e Tenões** no valor de **218.207,71€** para a **Ampliação do Cemitério de Nogueiró**;

Considerando que no decorrer do procedimento para a execução da referida obra demonstrou-se a necessidade de haver um Reforço da Verba inicialmente atribuída;

Considerando que a Junta de Freguesia de **Nogueiró e Tenões** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para o **Reforço de Verba - Ampliação do Cemitério de Nogueiró**, investimento fundamental para salvaguarda dos interesses próprios da população, tendo apresentado o respetivo orçamento;

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias procedeu à validação do orçamento, no valor de 13.430,83€, incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, sendo uma mais valia para a população da Freguesia;

PROPONHO:

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de Nogueiró e Tenões no valor de 13.430,83€ (treze mil, quatrocentos e trinta euros e oitenta e três cêntimos), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) Em 2024, um valor até 13.430,83€ (treze mil, quatrocentos e trinta euros e oitenta e três cêntimos);**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **Nogueiró e Tenões**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **Nogueiró e Tenões**.

Braga, 16 de Setembro de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: “Requalificação do polo 1 da Junta de Freguesia de Fraião” – Nogueira, Fraião e Lamações

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23.º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25.º n.º 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33.º nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Junta de Freguesia de **Nogueira, Fraião e Lamações** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **“Requalificação do polo 1 da Junta de Freguesia de Fraião”** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **76.128,14€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º1, do artigo 33.º e da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de Nogueira, Fraião e Lamações no valor de 76.128,14€ (setenta e seis mil, cento e vinte e oito euros e catorze cêntimos), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) Em 2025, um valor até 76.128,14€ (setenta e seis mil, cento e vinte e oito euros e catorze cêntimos);**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **Nogueira, Fraião e Lamações**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **Nogueira, Fraião e Lamações**.

Braga, 17 de Setembro de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)